

Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas

Ano XVIII – Nº 107

Nov-Jan 2025

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 64/2008

Classificação Qualis/Capes: B2

Editores

Fábio Paixão – Pilar Jiménez Tello

Coordenadores

Robson Maia Lins (Direito Tributário)
Francisco Pedro Jucá (Direito Financeiro e Finanças Públicas)

Conselho Científico

Edilberto Pontes de Lima – Ives Gandra da Silva Martins
Marcus Abraham – Paulo de Barros Carvalho – Régis Fernandes de Oliveira
Reynaldo Soares da Fonseca – Ronaldo Chadid

Conselho Editorial

Alisson Carvalho Alencar – André L. Costa-Corrêa – André Mendes Moreira
Antônio Carlos Rodrigues do Amaral – Antonio Jorge Pereira Jr. – Bianor Arruda
Carlos Mário da Silva Velloso – Cláudio S. Lembo – Clélio Chiesa – Edison Carlos Fernandes
Edvaldo Pereira de Brito – Erick Macedo – Fernando Favacho – Francisco Rezek
Georgenor de Sousa Franco Neto – Gilmar Mendes – Horácio Monteschio
José Augusto Delgado – José Maurício Conti – Kiyoshi Harada – Leandro Paulsen
Leonardo Buisa – Liziane Angelotti Meira – Lucas Galvão de Britto
Marilene Talarico M. Rodrigues – Matovanni Colares Cavalcante – Misabel Abreu Machado Derzi
Monica Herman Salem Caggiano – Newton De Lucca – Paulo Ayres Barreto – Paulo Souto Maior
Platon Teixeira de Azevedo Neto – Rafael Campos Soares da Fonseca – Rafael Pandolfo
Regina Helena Costa – Ricardo Anderly – Rogério Vidal Gandra da Silva Martins
Roque Antonio Carazza – Sacha Calmon Navarro Coêlho
Sepúlveda Pertence – Solon Sehn – Talita Pimenta Félix – Tárek Moussallem
Thais Xavier Ferreira da Costa – Walter Lobato
Eduardo Vera-Cruz Pinto (Portugal) – Javier García Medina (Espanha) – João Ricardo Catarino (Portugal)
Marcos Sacristán Represa (Espanha) – Pedro Carrasco Parrilla (Espanha)
Pilar Jiménez Tello (Espanha) – Ricardo Rivera Ortega (Espanha)

Autores colaboradores deste Volume

Antonio Lopo Martinez – Cristiane Regina Pita – Faissal Yunes Junior
Francisco Pedro Jucá – Gabriela Arrais Lazarini – Gilmar da Silva Francelino
Leandro Borrego Marini – Lhais Navarro Hamid – Luciane Leão de Souza
Maria Beatriz Ferrari Pain – Paula Araújo dos Santos – Renato Bulbarelli Valentini
Thaís Xavier Ferreira da Costa

Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas

Publicação trimestral da Editora Magister em parceria com o Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e a Sociedade Brasileira de Direito Financeiro (SBDF) aos quais se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser enviados para o e-mail: editorial@editoramagister.com.br. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As ementas e acórdãos aqui publicados correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional e poderá ser enviada ao exterior.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas

v. 1 (mar./abr. 2007)-.- Porto Alegre: Magister ; São Paulo: Instituto Brasileiro de Estudos Tributários/Sociedade Brasileira de Direito Financeiro, 2007.
Trimestral. Coordenação: Robson Maia Lins e Francisco Pedro Jucá.
v. 107 (nov./jan. 2025).

ISSN 1981-2221

1. Direito Tributário. Direito Constitucional. Sistema Tributário Nacional. Imposição Tributária. Tributos. Impostos. Taxas. Contribuições. 2. Finanças Públicas. Direito Financeiro. Direito Econômico. Direito Político. Política Tributária. Direito Administrativo. Preços Públicos. Tarifas. 3. Ética Pública. Moralidade Institucional. Ética Fiscal. Moralidade Administrativa. 4. Sociologia Financeira. Psicologia Financeira.

CDU 336.2(05)
CDU 342+336.1/.5(05)
CDU 336.2:172.1(05)
CDU 316.334.2(05)

Ficha catalográfica: Leandro Lima – CRB 10/1273

Capa: Apollo 13

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Sumário

Doutrina

1. Incidência do IPI quando da Revenda e Saída de Mercadorias do Estabelecimento Importador: Algumas Reflexões sobre o Atual Entendimento do STJ e do STF
Faissal Yunes Junior e Gabriela Arrais Lazarini..... 5
2. O Credor Fiduciário como Sujeito Passivo do IPTU de Imóvel Objeto de Alienação Fiduciária
Gilmar da Silva Francelino e Maria Beatriz Ferrari Pain 21
3. O Valor Venal de Referência como Base de Cálculo de Tributação nos Emolumentos de Registro
Leandro Borrego Marini e Lhais Navarro Hamid 32
4. A (Des)Estabilidade das Decisões Judiciais e o Posicionamento do Supremo Tribunal Federal em Matéria Tributária
Luciane Leão de Souza 50
5. Do Financiamento e da Valorização Remuneratória da Carreira do Magistério no Estado de Mato Grosso do Sul – Proposições Teóricas Diante da Qualidade do Ensino Público e ao Direito Fundamental à Educação
Francisco Pedro Jucá, Thaís Xavier Ferreira da Costa e Paula Araújo dos Santos 65
6. Infrações Contábeis no Âmbito Tributário: Efeitos Probatórios, Penalidades e o Arbitramento do Lucro
Antonio Lopo Martínez 82
7. A Interpretação dos Princípios na Atualização do Direito – a Interpretação dos Princípios Constitucionais como Meio de Adaptar o Direito às Constantes Mudanças Sociais da Atualidade
Renato Bulbarelli Valentini 98
8. A Inadimplência do ICMS Próprio Declarado e o Crime de Apropriação Indébita – uma Análise do Julgamento do RHC 166.334/SC pelo STF
Cristiane Regina Pita 122

Jurisprudência

1. Superior Tribunal de Justiça – Emissão de Regularidade Fiscal. Reparcelamento dos Débitos de ICMS. Inexigibilidade de Conduta Adversa como Exclusão da Culpabilidade por Crime Contra Ordem Tributária. Art. 1.022 do CPC/2015. Desprovimento do Agravo Interno. Manutenção da Decisão Recorrida. Súmulas ns. 7, 83, 211 do STJ e 282, 356 do STF
Rel. Min. Francisco Falcão 149

2. Superior Tribunal de Justiça – Alegação Genérica de Violação aos Arts. 489, 700 e 1.022 do CPC. Súmula nº 284/STF. Ausência de Prequestionamento dos Arts. 100, 106, I, 108, I, e 150 do CTN. Súmula nº 282/STF. Fundamentação <i>Per Relationem</i> . Possibilidade. ISS. Higiidez da CDA e Caráter Empresarial da Sociedade. Acórdão Embasado em Premissas Fáticas e na Interpretação de Cláusulas Contratuais. Impossibilidade de Revisão em Recurso Especial. Dissídio Jurisprudencial. Análise Prejudicada. Aplicação de Multa. Art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. Descabimento <i>Relª Minª Regina Helena Costa</i>	155
3. Superior Tribunal de Justiça – Execução Fiscal por Dívida de IPTU e Taxa de Expediente. Nulidade de CDA. Impossibilidade de Substituição da CDA para Corrigir Vícios do Lançamento ou da Inscrição, como a Deficiência do Fundamento Legal. Recurso Especial Provido. Acórdão em Confronto com a Jurisprudência do STJ. Desprovemento do Agravo Interno. Manutenção da Decisão Recorrida <i>Rel. Min. Francisco Falcão</i>	176
4. Superior Tribunal de Justiça – Embargos à Execução Fiscal. Insuficiência Patrimonial do Devedor. Garantia do Juízo. Dispensa. Possibilidade. Recurso Desprovido <i>Rel. Min. Teodoro Silva Santos</i>	182
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189